



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

[Handwritten signatures and initials]

Relatório de Atividades e Contas de 2025

Índice

- 1 - Introdução
- 2 – Análise Económico-Financeira Global
- 3 – Análise Setorial da Instituição
- 4 – Proposta de Aplicação de Resultados
- 5 – Contas do Exercício
- 6 – Anexo às Demonstrações Financeiras



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

[Handwritten signature and initials]

1 – Introdução

Para cumprimento do estabelecido no Compromisso, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão vem submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2025, o qual, em conformidade com o referido Compromisso, incorpora o Parecer do Conselho Fiscal.

Durante o ano de 2025 foi possível cumprir todos os objetivos do Plano de Atividades e Orçamento, do qual demos devida nota no nosso Boletim nº 49.

Este relatório começa pela análise dos resultados globais da Instituição, bem como das respetivas receitas e gastos, ocorridos ao longo do ano, tendo como termo de comparação os resultados do ano anterior e com o orçamento do ano em análise.

Será também analisado o impacto das diferentes respostas sociais nos resultados alcançados e as causas desses mesmos resultados.

Para cada uma das áreas tentaremos fazer um balanço da atividade desenvolvida através de alguns indicadores.

Por fim, apresentaremos as contas do exercício, constituídas pelo balanço, demonstração de resultados, demonstração de fluxos de caixa e respetivo anexo.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, agradece a todos quantos colaboraram com a Instituição durante o ano de 2025, em especial aos nossos irmãos, órgãos sociais, entidades e organismos parceiros e colaboradores.

2 – Análise Económico – Financeira Global

O resultado líquido apresenta um valor positivo de **4 657,45 €** o que, comparativamente com o ano anterior, significa um decréscimo de **99 902,31 €**.

Esta acentuada diferença decorre do facto do resultado de 2024 incorporar uma receita das vagas hospitalares de outubro de 2023 (recebida em abril de 2024) no valor de 20.311,10 € e as mais valias da venda do celeiro no valor de 37.165,95 €.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

Handwritten signature and initials: F.H.

Conta	Descrição	Real 2024 (€) (B)	Real 2025 (€) (A)	Variação anual (€) (A-B)	Variação anual (%)	Orç. 2025 (€) (C)	(A-C) (€)	Desvio Orç. (%)
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	193 882,58	142 241,08	- 51 641,50	-26,62	195 188,25	- 52 947,17	- 37,22
62	Fornecimentos e serviços externos	244 170,22	310 477,66	66 307,44	24,53	208 887,27	101 590,39	32,72
63	Gastos com o Pessoal	1 150 629,21	1 268 431,51	117 802,30	11,55	1 299 581,55	- 31 150,04	- 2,46
64	Gastos de depreciação e de amortização	185 273,56	201 973,71	16 700,15	9,77	191 559,78	10 413,93	5,16
69	Juros	134 310,84	95 279,31	- 39 031,53	-30,79	105 000,00	- 9 720,69	- 10,20
68	Outros gastos	32 682,19	27 269,84	- 5 412,35	-25,17	15 720,00	11 549,84	42,35
65	Imparidades de dívida	18 648,03	3 082,36	- 21 730,39	-354,97	18 000,00	- 21 082,36	683,97
	Provisões							
	Total de despesas	1 959 596,63	2 042 590,75	82 994,12	4,59	2 033 936,85	8 653,90	0,42
72	Prestações de serviços	1 272 374,30	1 327 628,60	55 254,30	4,95	1 301 669,02	25 959,58	1,96
74	Trabalhos para a própria entidade		2 234,31	2 234,31				
75	Subsídios, doações e legados à exploração	659 448,25	643 790,57	- 15 657,68	-2,40	641 482,66	2 307,91	0,36
78	Outros rendimentos e ganhos	124 111,19	67 851,51	- 56 259,68	-80,64	85 029,78	- 17 178,27	- 25,32
79	Juros	8 222,65	5 743,21	- 2 479,44	-84,84	7 000,00	- 1 256,79	- 21,88
76	Reversões							
	Total de receitas	2 064 156,39	2 047 248,20	- 16 908,19	-0,92	2 035 181,46	12 066,74	0,59
	Resultado Líquido	104 559,76	4 657,45	- 99 902,31	-315,53	1 244,61	3 412,84	73,28
	EBITDA	424 144,16	301 910,47	- 122 233,69	-37,12	297 804,39	4 106,08	1,36
	EBIT	238 870,60	99 936,76	- 138 933,84	-87,70	106 244,61	- 6 307,85	- 6,31
	Cash flow	289 833,32	206 631,16	- 83 202,16	-41,08	192 804,39	13 826,77	6,69

Os acertos de exercícios anteriores encontram-se contabilizados em resultados transitados, apresentando esta rubrica o valor de -471 187,44 € os quais resultam de:

Resultados transitados do ano anterior -471.187,44 €
 Resultado líquido do ano anterior 104 559,76 €
 Resultados transitados para 2025 -366 627,68€

2.1 – Receitas

As receitas em 2025 tiveram uma redução de 0,92 % por não terem sido geradas mais valias na alienação de imóveis e devido a uma acentuada redução da procura de serviços do SAD e ambulâncias.

Deve-se, contudo notar que o valor da prestação de serviços é superior ao valor orçamentado em 1,96 % e o valor dos subsídios e donativos também é superior ao orçamentado em 0,36 %.

2.2 – Despesas

No que respeita aos gastos, verifica-se um aumento global relativamente ao ano anterior de 4,59%, verificando-se um aumento nas seguintes rubricas:

Fornecimentos e serviços externos



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

7
10
FH.

Verificou-se um aumento de **24,53 %** devido ao contrato de fornecimento de refeições, que teve início no final de julho de 2025 e que teve como contrapartida uma redução do custo em mercadorias de 26,62 %.

Gastos com pessoal

Apresentam um aumento de **11,55 %** relativamente ao ano anterior, ou seja, cresceram mais do que o aumento do salário mínimo que foi de **7,4 %**. Esta diferença decorre do facto de grande parte do nosso pessoal ter contratualmente direito a diuturnidades e promoções, grande parte das quais ocorreram em 2025, e continuarão a acontecer nos próximos anos.

Estrutura de custos

O peso das despesas com pessoal voltou a subir, situando-se em 2025 nos 62,10%, assim como o custo com o fornecimento de serviços, que apresenta agora o valor de 15,20%, devido à contratação do fornecimento de refeições. É, contudo, de realçar que o custo com as imparidades da dívida se situa agora em terreno negativo (- 0,15%) devido à recuperação de dívidas de clientes que se verificou durante o ano.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

7
15
F.14.

Descrição	2025 (%)	2024 (%)
Gastos com o Pessoal	62,10	58,72
Fornecimentos e serviços externos	15,20	12,46
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6,96	9,89
Gastos de depreciação e de amortização	9,89	9,45
Juros	4,66	6,85
Outros gastos	1,34	1,67
Imparidades de dívida	-0,15	0,95

2.3 – Atividades de investimento

Despesas

No que se reporta à obra de ampliação do lar, durante o ano de 2024 não foi feito qualquer pagamento ao construtor, permanecendo assim pago somente 80 % do valor adjudicado.

As despesas de investimento pagas em 2025 estiveram relacionadas ainda com a alteração do sistema de aquecimento de águas, que foi transferido da casa das caldeiras para o telhado, e a aquisição de equipamentos para o lar, lavandaria e cozinha no valor total de **69.704,87 €**.

Receitas

Durante o ano de 2025 foi recebido do Programa Pares 3 o valor de **52.709,87 €** a título de adiantamento.

2.4 – Atividades de financiamento

Durante o ano de 2025 foi realizada uma amortização antecipada de **100.000,00 €** no empréstimo da Caixa Agrícola e foram renegociadas a maturidade do empréstimo para 15 anos e a redução do spread para 1,25%.

3 – Análise setorial da Instituição

Neste capítulo iremos analisar a atividade desenvolvida nas diferentes áreas da Instituição.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

[Handwritten signature]
F. H.

3.1 - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Conta	Descrição	ERPI 2025	ERPI 2024
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	117 416,84	156 544,01
62	Fornecimentos e serviços externos	206 971,52	147 234,88
63	Gastos com o Pessoal	955 222,34	817 879,37
64	Gastos de depreciação e de amortização	138 641,99	128 964,77
69	Juros	76 223,49	107 448,73
68	Outros gastos	20 193,46	18 341,45
65	Imparidades de dívida	-3 813,85	12 707,27
	Provisões	0,00	0,00
	Total de despesas	1 510 855,79	1 389 120,48
72	Prestações de serviços	1 083 719,71	1 016 249,13
75	Subsídios, doações e legados à exploração	429 649,40	405 781,87
78	Outros rendimentos e ganhos	12 804,19	23 800,60
79	Juros	0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	1 564,02	0,00
	Total de receitas	1 527 737,32	1 445 831,60
	Resultado Líquido	16 881,53	56 711,12
	EBITDA	231 747,01	293 124,62
	EBIT	93 105,02	164 159,85
	Cash flow	155 523,52	185 675,89

Na ERPI, verificou-se um aumento do custo médio mensal de utente, com amortizações, de 1 447,00 € em 2024 para 1 573,81 em 2025 (8,8%). Também aqui se verificou uma taxa de crescimento dos custos superior à taxa de crescimento do salário mínimo. Este aumento deve-se fundamentalmente ao aumento dos custos com pessoal e de fornecimento de serviços.

Como o aumento dos custos foi muito superior ao aumento das receitas, o resultado líquido da ERPI em 2025 foi inferior ao de 2024 em 39 829,59 €.

Durante o ano foi desenvolvido um Plano de Atividades Socioculturais (PAS), o qual teve como objetivo central a valorização de um envelhecimento cada vez mais ativo, mais dinâmico e mais colaborativo.

O PAS da área sénior reflete a importância de celebrar os vários aspetos da vida. Celebrar o prazer de viver, celebrar os amigos, os afetos, a natureza, as tradições.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

[Handwritten signature]
F. H.

Um dos principais obstáculos à felicidade dos nossos utentes prende-se, na sua maioria com a falta de um projeto de vida. Um projeto de vida com objetivos e sonhos que motive cada utente a valorizar não só o que conquistou na vida, mas também tudo o que ainda pode alcançar. Desta forma, foram desenvolvidas atividades socioculturais e lúdico-pedagógicas que permitiram fomentar a socialização, promover atividades intergeracionais, assim como atividades que envolvam a família.

Durante o ano de 2025 foi possível realizar a maioria das atividades programadas (passeios, espetáculos no exterior, praia, etc.),





Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

[Handwritten signature]
F./J.

3.2 – Serviço de Apoio Domiciliário

Conta	Descrição	SAD 2025	SAD 2024
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20 894,21	33 166,11
62	Fornecimentos e serviços externos	46 137,46	38 372,84
63	Gastos com o Pessoal	169 067,46	198 449,43
64	Gastos de depreciação e de amortização	43 865,87	38 543,18
69	Juros	4 763,95	6 715,54
68	Outros gastos	1 319,83	3 857,61
65	Imparidades de dívida	535,29	822,61
	Provisões	0,00	0,00
	Total de despesas	286 584,07	319 927,32
72	Prestações de serviços	104 942,70	120 958,90
75	Subsídios, doações e legados à exploração	158 326,20	184 514,17
78	Outros rendimentos e ganhos	7 381,60	4 163,63
79	Juros	0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	446,86	0,00
	Total de receitas	271 097,36	309 636,70
	Resultado Líquido	- 15 486,71	- 10 290,62
	EBITDA	33 143,11	34 968,10
	EBIT	- 10 722,76	- 3 575,08
	Cash flow	28 379,16	28 252,56

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) tem capacidade para 60 utentes e mantém 42 Acordos de Cooperação com o ISS, I.P. – Centro Distrital de Leiria, integrando em 2025 uma média de 27 utentes, enquanto em 2024 este número foi de 32, verificando-se assim uma redução do número de utentes.

Como consequência da redução do número de utentes, as receitas em subsídios e prestação de serviços sofreram uma forte redução, o que levou a que o resultado líquido em 2025 fosse ainda mais negativo do que em 2024.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

Handwritten signature and initials.

3.3 – Centro de Dia

Conta	Descrição	CD 2025	CD 2024
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 929,06	5 293,78
62	Fornecimentos e serviços externos	16 197,09	15 613,48
63	Gastos com o Pessoal	71 312,04	68 636,49
64	Gastos de depreciação e de amortização	17 440,06	17 015,88
69	Juros	4 763,90	6 715,49
68	Outros gastos	533,50	1 239,97
65	Imparidades de dívida	0,00	0,00
	Provisões	0,00	0,00
	Total de despesas	113 175,65	114 515,09
72	Prestações de serviços	69 818,92	61 624,30
75	Subsídios, doações e legados à exploração	30 488,48	28 248,36
78	Outros rendimentos e ganhos	452,42	330,25
79	Juros	0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	223,43	0,00
	Total de receitas	100 983,25	90 202,91
	Resultado Líquido	- 12 192,40	- 24 312,18
	EBITDA	10 011,56	- 580,81
	EBIT	- 7 428,50	- 17 596,69
	Cash flow	5 247,66	- 7 296,30

A Misericórdia de Alfeizerão dispõe de um Acordo de Cooperação com o ISS, IP – Centro Distrital de Leiria para 14 utentes, mas tem capacidade para 30 utentes. Em 2025 o número médio de utentes foi de 14, enquanto que em 2024 tinha sido de 20. Apesar da redução do número médio de utentes, o resultado líquido em 2025 do Centro de Dia apresenta uma melhoria de 12 119,78 € relativamente a 2024, embora continue a situar-se em terreno negativo.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

[Handwritten signature]
F.H.

3.4 – Serviço de ambulâncias

Conta	Descrição	Amb 2025	Amb 2024
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-35,52	8,00
62	Fornecimentos e serviços externos	18 807,47	18 794,23
63	Gastos com o Pessoal	41 083,39	40 608,93
64	Gastos de depreciação e de amortização	193,59	182,37
69	Juros	0,00	0,00
68	Outros gastos	0,00	0,00
65	Imparidades de dívida	75,64	0,00
	Provisões	0,00	0,00
	Total de despesas	60 124,57	59 593,53
72	Prestações de serviços	45 475,61	57 752,52
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	1 551,30
79	Juros	0,00	0,00
76	Reversões		
	Total de receitas	45 475,61	59 303,82
	Resultado Líquido	- 14 648,96	- 289,71
	EBITDA	- 14 455,37	- 107,34
	EBIT	- 14 648,96	- 289,71
	Cash flow	- 14 455,37	- 107,34

Este serviço dispõe de 2 ambulâncias e 3 motoristas, sendo 1 a tempo parcial. Por outro lado, sempre que os doentes necessitam de acompanhante, são deslocados para esta valência funcionários da ERPI.

Enquanto que em 2024 o resultado operacional deste serviço foi negativo em 289,71 €, em 2025 este serviço apresentou um resultado operacional negativo de 14 648,96 €, tendo contribuído para este resultado uma menor procura dos nossos serviços.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

P
F.H.

3.5 - Irmandade

Conta	Descrição	Irm 2025	Irm 2024
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 215,28	-1 129,32
62	Fornecimentos e serviços externos	19 011,91	22 776,85
63	Gastos com o Pessoal	24 982,15	23 687,02
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 832,20	567,36
69	Juros	9 527,97	13 431,08
68	Outros gastos	5 223,05	8 653,16
65	Imparidades de dívida	86,81	5 118,15
	Provisões	0,00	0,00
	Total de despesas	61 879,37	73 104,30
72	Prestações de serviços	15 231,66	13 739,45
75	Subsídios, doações e legados à exploração	25 326,49	40 903,85
78	Outros rendimentos e ganhos	47 213,30	93 825,41
79	Juros	5 743,21	8 222,65
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
	Total de receitas	93 514,66	156 691,36
	Resultado Líquido	31 635,29	83 587,06
	EBITDA	42 995,46	97 585,50
	EBIT	41 163,26	97 018,14
	Cash flow	33 467,49	84 154,42



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

F.H.

3.6 – Universidade Sénior

Conta	Descrição	USA 2025	USA 2024
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-178,79	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	3 352,21	1 377,94
63	Gastos com o Pessoal	6 766,05	1 367,97
64	Gastos de depreciação e de amortização	0,00	0,00
69	Juros	0,00	0,00
68	Outros gastos	0,00	590,00
65	Imparidades de dívida	33,75	0,00
	Provisões	0,00	0,00
	Total de despesas	9 973,22	3 335,91
72	Prestações de serviços	8 440,00	2 050,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	440,00
79	Juros	0,00	0,00
76	Reversões		
	Total de receitas	8 440,00	2 490,00
	Resultado Líquido	- 1 533,22	- 845,91
	EBITDA	- 1 533,22	- 845,91
	EBIT	- 1 533,22	- 845,91
	Cash flow	- 1 533,22	- 845,91

3.7 - Banco Alimentar e FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

3.7.1 - Banco Alimentar

Através da parceria existente com o Banco Alimentar Contra a Fome das Caldas da Rainha, durante o ano de 2025 foram apoiados cerca de 90 pessoas.

Este serviço consiste numa avaliação da situação socioeconómica do agregado familiar e posterior atribuição de um cabaz de alimentos mensal às famílias com um rendimento per capita inferior a 200 € mensais.

Nesta parceria com o Banco Alimentar, a Misericórdia para além de proceder à avaliação da situação socioeconómica do agregado familiar, assegura o transporte dos bens entre as instalações do Banco Alimentar nas Caldas da Rainha e a Misericórdia, procedendo posteriormente à distribuição, nas suas instalações, dos respetivos cabazes mensais.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

[Handwritten signature]
F. H.

3.7.2 - FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

Este fundo é gerido pelo ISS a nível nacional, tendo substituído a antiga valência das cantinas sociais.

A Misericórdia de Alfeizerão, conjuntamente com a Confraria da Nossa Senhora da Nazaré e outras IPSS da região, tem um protocolo com o ISS para a distribuição de alimentos do referido fundo, o qual foi objeto de adenda por mais um ano.

A sinalização das pessoas carenciadas é feita inicialmente pelo ISS, que posteriormente as encaminha para a Misericórdia.

O cabaz de alimentos fornecido às famílias abrangidas por este esquema é muito mais rico do que o do Banco Alimentar, já que o mesmo comporta alimentos frescos.

Estes alimentos são distribuídos mensalmente pela Misericórdia, nas suas instalações, após a sua entrega pela Confraria da Nazaré.

3.8 – Atividade Social

No quadro que se segue apresentam-se os dados da atividade social da nossa Instituição em 2025.

Designação	Número de pessoas
Membros ativos da Irmandade	509
Voluntários	24
Colaboradores remunerados	76
Utentes do Serviço de Apoio Domiciliário	25
Utentes do Centro de Dia	14
Utentes da ERPI	80
Utentes da distribuição de géneros	120

4 – Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão encerrou as suas contas de 2025, com um Resultado Líquido de **4 657,45 €**, propõe-se que o referido Resultado seja integralmente transferido para a conta Resultados Transitados.



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

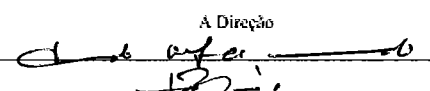
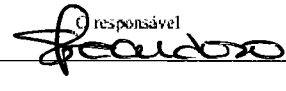
Relatório de Atividades e Contas de 2025

5 – Contas do Exercício

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 503 848 794
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4		3 282 429,55	3 397 119,15
Bens do património histórico e artístico e cultural	5		0,00	0,00
Propriedades de investimento			0,00	0,00
Activos intangíveis	5		0,00	0,00
Investimentos financeiros	13.1		4 950,86	12 865,46
Financiamentos concedidos - Fundador/doador			0,00	0,00
			3 287 380,41	3 409 984,61
Ativo corrente				
Inventários	7		8 771,98	14 477,79
Créditos a receber	13.3		37 103,65	66 275,42
Estado e outros entes públicos	13.9		5 010,02	1 604,11
Fundadores/beneficiários/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.2		4 012,00	2 736,50
Gastos a reconhecer	13.5		2 956,66	4 252,90
Outros ativos correntes	13.4		175 838,23	264 219,74
Caixa e depósitos bancários	13.6		445 723,50	392 033,27
			679 416,04	745 599,73
			3 966 796,45	4 155 584,34
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	13.7		36 382,31	36 382,31
Excedentes técnicos	13.7		0,00	0,00
Reservas	13.7		67 904,68	67 904,68
Resultados transitados	13.7		-166 627,68	-471 187,44
Excedentes de revalorização	13.7		490 402,52	490 402,52
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.7		685 549,51	721 121,97
			915 611,34	844 624,04
Resultado líquido do período	13.16		4 657,45	104 559,76
			918 268,79	949 183,80
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões			0,00	0,00
Provisões específicas			0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6		2 205 768,33	2 468 417,01
Outras dívidas a pagar	13.10		321 481,74	321 481,74
			2 527 250,07	2 789 898,75
Passivo corrente				
Fornecedores	13.8		55 176,23	57 087,02
Estado e outros entes públicos	13.9		31 092,75	27 456,00
Fundadores/beneficiários/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6		127 935,42	67 718,08
Rendimentos a reconhecer	13.11		24 821,99	19 751,32
Outros passivos correntes	13.10		252 251,20	244 469,56
			521 277,59	416 501,99
			3 045 527,66	3 206 400,74
			3 966 796,45	4 155 584,34

A Direção

Maria Adriana Gomes
Responsável

Florinda Alexandre Ferreira Vasques

FIM - Information Systems, SA
Processado por Computador



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Contribuinte: 503 848 794

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	1.327.628,60	1.272.374,30
Subsídios, doações e legados à exploração	10	643.790,57	659.448,25
ISS, IP - Centro Distrital	10	596.668,18	614.058,67
Outros Subsídios	10	23.306,65	18.302,88
Donativos	13.13	23.815,74	27.086,70
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		2.234,31	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	142.241,08	193.882,58
Fornecimentos e serviços externos	13.12	310.477,66	244.170,22
Gastos com o pessoal	11	1.268.431,51	1.150.639,21
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-3.082,36	18.648,03
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.13	67.851,51	124.111,19
Outros gastos	13.14	27.269,84	32.682,19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		296.167,26	415.921,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	201.973,71	185.273,56
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		94.193,55	230.647,95
Juros e rendimentos similares obtidos	13.15	5.743,21	8.222,65
Juros e gastos similares suportados	13.15	95.279,31	134.310,84
Resultados antes de impostos		4.657,45	104.559,76
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		4.657,45	104.559,76

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Hávia Adriana Gomes

Florinda Maria Ferreira Henriques

F3M - Information Systems, SA

Processado por computador



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Pág.: 1
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 372 012,14	1 289 161,02
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		301 279,71	484 122,47
Pagamentos ao pessoal		833 292,13	743 307,51
Pagamentos ao Estado		345 912,29	330 342,96
Caixa gerada pelas operações		-308 771,99	-269 711,92
		0,00	0,00
Recebimentos Fiel Depositário		33 749,11	14 759,23
Recebimentos donativos		16 682,44	8 893,42
Recebimentos CRSS Leiria		645 364,90	370 063,46
Recebimento de rendas		8 711,00	7 123,00
Recebimentos IEFP		25 433,32	20 607,35
Recebimentos IVA		7 372,66	6 611,46
Recebimentos Donativos CMA		0,00	0,00
Recebimentos Rappet Galp		0,00	0,00
Outros Recebimentos		10 886,63	1 411,51
Pagamento de rendas		0,00	0,00
Pagamento Fiel Depositário		0,00	0,00
Pagamentos diversos		-73 331,52	-33 509,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		363 996,55	286 288,08
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		69 704,87	50 160,12
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	154 500,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		52 709,10	0,00
Juros e rendimentos similares		5 743,21	8 222,65
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-11 252,56	112 562,53
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		202 431,32	243 949,35
Juros		95 279,33	134 310,83
Serviços Bancários		3 323,11	4 996,22
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-301 053,76	-383 256,40
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		392 033,23	376 439,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período		443 723,46	392 033,27

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador

[Handwritten signatures]
13- Maria Adriana Sousa
Flávia Maria T. Henriques



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Relatório de Atividades e Contas de 2025

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

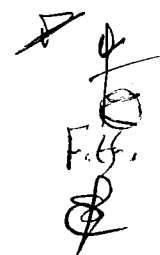
6 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2025

7
10
11
B

Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Anexo

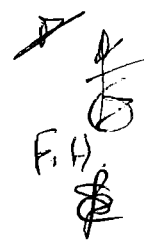
2025



F.F.G.

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	13
6	Custos de Empréstimos Obtidos	13
7	Inventários	14
8	Rédito	14
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	14
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	15
11	Benefícios de empregados	17
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
13	Outras Informações	16
13.1	Investimentos Financeiros	17
13.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17
13.3	Clientes e Utentes	18
13.4	Outras contas a receber	18
13.5	Diferimentos	19
13.6	Caixa e Depósitos Bancários	19
13.7	Fundos Patrimoniais	19
13.8	Fornecedores	20
13.9	Estado e Outros Entes Públicos	20
13.10	Outras Contas a Pagar	20
13.11	Rendimentos a Reconhecer	21
13.12	Fornecimentos e serviços externos	22
13.13	Outros rendimentos	23
13.14	Outros gastos	23
13.15	Resultados Financeiros	24
13.16	Trabalhos para a Própria empresa	24
13.17	Acontecimentos após data de Balanço	244



1 - Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS”, com estatutos publicados no Diário da República n.º 3/99, Série III, com sede em Rua Manuel José Ramos Vizoso n.º 2, 2460-104 Alfeizerão

NIPC: 500 848 580;

NISS Nº 20004053651;

Endereço Eletrónico: geral@scmalfeizerao.pt

Página da Internet: <https://scmalfeizerao.pt/>

Natureza da Atividade: Atividades de Apoio Social Com e Sem Alojamento.

Nos termos do Compromisso homologado pela chancelaria do patriarcado de Lisboa, tem como fins praticar a Solidariedade Social, consubstanciada nas 14 Obras de Misericórdia, exercendo atividade predominante, nas valências de Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

Desenvolve ainda outras atividades humanitárias de apoio aos idosos, famílias carenciadas, aposentados e membros da Irmandade, designadamente; Serviço de Ambulâncias, Cuidados de Saúde, Fisioterapia, Reabilitação Física e Psicomotora, Terapias Ocupacionais, Banco Alimentar, Serviços Religiosos, Serviços Fúnebres, Cabeleireiro e Universidade Sénior.

2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases Para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de março;
- Código das contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 - Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 - Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento). As quantias de rendimentos atribuídas ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em "Devedores por acréscimo de rendimentos" e as quantias de gastos atribuídos ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidos em "Credores por acréscimo de Gastos".

3.1.2 - Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 - Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito das demonstrações financeiras.

3.1.4 - Compensação

Em circunstância alguma, os ativos e passivos e os rendimentos e gastos, foram compensados, tendo sido relatados separadamente nos respetivos itens do balanço e da demonstração de resultados.

3.1.5 - Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados no final de 2025 são comparáveis com os critérios utilizados nas demonstrações financeiras de 2024.

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.6 - Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidas nas demonstrações financeiras. Caso existam situações materialmente relevantes após a data do balanço são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 - Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.2 - Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

7/10
F.H.
8

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.3 - Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido, desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção. As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.4 - Inventários

Os "Inventários" encontram-se valorizados ao custo médio.

3.2.5 - Instrumentos Financeiros

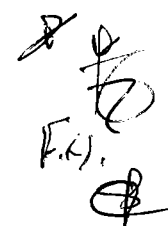
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram



com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade. Estes são registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

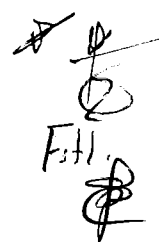
Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 - Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 - Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais eventos passados em situações de risco e que venham a gerar obrigações futuras. A mesa administrativa procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

3.2.8 - Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas.

3.2.9 - Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

4 - Ativos Fixos Tangíveis

Ativos fixos tangíveis

Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

7
10
F. H. P.
E

2024							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Depreciações do exercício	Abates/Alíenação	Transferências	Revalorações	Saldo final
Custo							
Terrenos e recursos naturais	759 858,40			38 673,00			721 185,40
construções	3 971 376,62	12 763,70		90 237,00			3 893 903,32
Equipamento básico	372 983,75	4 283,82		462,31	0,00		376 805,26
Equipamento de transporte	229 579,95	38 175,51		59 511,57			208 243,89
Equipamento biológico							0,00
Equipamento administrativo	59 225,84	1 443,92			0,00		60 669,76
Outros Ativos fixos tangíveis							0,00
AFT em Cuso	0,00	0,00			0,00		0,00
Total	5 393 024,56	56 666,95		188 883,88	0,00	0,00	5 260 807,63
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	0,00						0,00
Edifícios e outras	1 240 107,66		159 815,77	-19 075,99			1 380 847,44
Equipamento básico	252 176,30		15 527,42	-462,31			267 241,41
Equipamento de transporte	229 579,94		4 771,94	-59 511,57			174 840,31
Equipamento biológico							0,00
Equipamento administrativo	35 600,69		5 158,43				40 759,12
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00						0,00
Total	1 757 464,59	0,00	185 273,56	-79 049,87	0,00	0,00	1 863 688,28
Activos Fixos Tangíveis							3 397 119,35

2025							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Depreciações do exercício	Abates/Alíenação	Transferências	Revalorações	Saldo final
Custo							
Terrenos e recursos naturais	721 185,40						721 185,40
construções	3 893 903,32	23 690,99					3 917 594,31
Equipamento básico	376 805,26	53 395,64					430 200,90
Equipamento de transporte	208 243,89	5 658,00					213 901,89
Equipamento biológico							0,00
Equipamento administrativo	60 669,76	3 239,33					63 909,09
Outros Ativos fixos tangíveis							0,00
AFT em Cuso	0,00	0,00			0,00		0,00
Total	5 260 807,63	85 983,96		0,00	0,00	0,00	5 346 791,59
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	0,00						0,00
Edifícios e outras	1 380 847,44		158 024,94				1 538 872,38
Equipamento básico	267 241,41		25 399,88				292 641,29
Equipamento de transporte	174 840,31		9 897,51				184 737,82
Equipamento biológico							0,00
Equipamento administrativo	40 759,12		7 351,43				48 110,55
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00						0,00
Total	1 863 688,28	0,00	200 673,76	0,00	0,00	0,00	2 064 362,04
Activos Fixos Tangíveis							3 282 429,55

5 – Ativos IntangíveisOutros Ativos Intangíveis

2024/2025							
Descrição	Saldo inicial	Aquisições /	Depreciações do	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo							
Goodwill							0,00
Projetos de Desenvolvimento							0,00
Programas de Computador	15 226,61	1 299,95					16 526,56
Propriedade Industrial							0,00
Outros Ativos intangíveis							0,00
Total	15 226,61	1 299,95		0,00	0,00	0,00	16 526,56
Depreciações acumuladas							
Goodwill							0,00
Projetos de Desenvolvimento							0,00
Programas de Computador	15 226,61		1 299,95				16 526,56
Propriedade Industrial							0,00
Outros Ativos intangíveis							0,00
Total	15 226,61	0,00	1 299,95	0,00	0,00	0,00	16 526,56
Ativos Fixos Intangíveis							0,00

6 - Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Durante o exercício de 2025, os empréstimos bancários reduziram, 202.451,34€.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários - C.Agrícola	127 935,42	2 205 768,33	2 333 703,75	67 738,08	2 468 417,01	2 536 155,09
Linha de Crédito Montepio - Covid19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	127 935,42	2 205 768,33	2 333 703,75	67 738,08	2 468 417,01	2 536 155,09

8
16
F. 4/2
F

7 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2025				2024			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Géneros Alimentares	5 692,23	87 988,45	-21 535,11	0,00	3 823,93	150 236,41	-31 989,86	5 692,23
Material Clínico	1 333,61	34 729,48	0,00	2 864,39	1 400,32	31 317,13	0,00	1 333,61
Produtos Higiene utentes	2 767,41	15 142,51	0,00	3 111,52	4 960,79	15 486,64	0,00	2 767,41
Material limpeza Geral	2 549,51	14 749,20	0,00	2 519,08	2 661,81	15 019,59	0,00	2 549,51
Material limpeza lavandaria	0,00	3 302,77	0,00	0,00	0,00	11 100,76	0,00	0,00
Eq. Protecção Individual	1 918,30	115,22	0,00	276,99	2 024,02	301,60	0,00	1 918,30
Mat.Escritorio	216,73	2 042,75		0,00	286,03	1 731,20		216,73
Total	14 477,79	158 070,38	-21 535,11	8 771,98	15 156,90	225 193,33	-31 989,86	14 477,79
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				142 241,08				193 882,58

8 - Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÉDITOS		
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2025	2024
ERPI	1 055 093,29	985 361,06
Centro de dia	61 475,54	57 368,75
Apoio Domiciliário	103 155,01	119 095,37
Universidade Sénior	8 095,00	2 050,00
Quotizações e Jóias	8 046,60	7 441,10
Serviços Secundários	92 017,09	101 265,74
Descontos e abatimentos	-253,93	-207,72
TOTAL	1 327 628,60	1 272 374,30

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foram calculadas provisões para dividas de utentes, a partir de 6 meses de mora, no valor de 6.142,24€.

Ao longo do ano, existiu também uma recuperação de dividas de cobrança duvidosa no

valor de 9.064,60€.

Em relação a quotas dos irmãos sócios, foram recuperadas dividas no valor de 160,00€ e não foram constituídas provisões.

Nos períodos de 2025 e 2024, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA				
Periodos	ANO 2025	ANO 2024	AUMENTOS	REVERSÕES
Mais de 6 até 12 meses	664,61	3 125,66	0,00	
Mais de 12 meses até 18 meses	2 701,23	5 239,81	0,00	
Mais de 18 até 24 meses	2 100,95	7 125,92	0,00	
Mais de 24 meses	24 744,51	17 642,23	0,00	
Processo Judicial	0,00	0,00	0,00	
Total	30 211,30	33 133,62	6 142,24	9 064,60
QUOTAS DE IRMÃOS				
Quotas Irmãos - saldo 269	12 924,00	13 084,00		160,00
<i>Imparidades de dívidas a receber (perdas e reversões)</i>				-3 082,36

10 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

SUBSÍDIOS E APOIOS		
	2025	2024
Cantinas Sociais	0,00	0,00
Protocolo de Alojamento de Emergência - CAES	0,00	0,00
Protocolo de Fornec. Refeições - Timorenses	0,00	8 418,00
Feac	1 438,75	631,35
Centro de dia	30 488,48	28 248,36
Apoio Domiciliário	153 809,31	178 477,97
ERPI	176 248,59	148 074,54
Adenda ao Protocolo Portaria 38-A/2023 de 02/02/2023	234 683,05	248 733,45
Comparticipação Adicional Lares de Idosos	0,00	0,00
Comparticipação despesas funeral	0,00	1 475,00
TOTAL SUBSÍDIOS ISS	596 668,18	614 058,67
IEFP	22 496,68	17 886,91
Subsídios de Outras Entidades	809,97	415,97
TOTAL SUBSÍDIOS OUTRAS ENTIDADES	23 306,65	18 302,88
TOTAL	619 974,83	632 361,55

11 - Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 foi de "73", incluindo 2 bolsas de estágio, comparticipadas pelo IEFP.

Em 2024 o número médio foi de "67", pessoas.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS		
GASTOS COM PESSOAL	2025	2024
Remunerações	979 076,38	882 523,22
Indemnizações	0,00	0,00
ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES		
Segurança social	213 246,66	194 376,14
Subsídios Alimentação Generos	52 936,16	57 215,74
Seguros acidentes de trabalho	11 060,24	9 022,88
Gastos de acção social	131,25	49,65
Formação profissional	7 510,00	2 904,60
Fardamento	1 397,65	1 938,85
Medicina no trabalho	3 073,17	2 598,13
TOTAL	1 268 431,51	1 150 629,21

12 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 - Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	4.950,86	12.865,46
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	4.950,86	12.865,46

O valor apresentado na rubrica “Outros Investimentos Financeiros”, refere-se aos Fundos de Compensação do trabalho, (FCT), durante o ano foi reembolsado o montante de 7.194,60€ que foi utilizado em formação dos funcionários. Ao longo do exercício de 2026, será reembolsado o restante valor.

13.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	16 948,00	15 820,50
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-12 924,00	-13 084,00
Total	4 024,00	2 736,50
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	12,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	4 012,00	2 736,50

13.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

CLIENTES / UTENTES	2025	2024
Clientes	12 669,11	19 533,59
Centro de dia	167,37	180,46
Apoio Domiciliário	3 642,25	4 474,87
ERPI	9 475,12	13 825,76
ERPI - Adenda Port. Cooperação Portaria 38A	9 864,60	27 169,54
Utentes Universidade Sénior	447,25	51,00
Utentes serviço ambulância	220,24	301,30
Outros utentes s/valência	262,00	173,50
Outros utentes n/irmãos	355,71	565,40
Utentes cobrança duvidosa	30 211,30	33 133,64
TOTAL	67 314,95	99 409,06
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	30 211,30	33 133,64
Utentes considerados incobráveis	0,00	0,00
Total perdas imparidade	30 211,30	33 133,64
SALDO CONTA 21	37 103,65	66 275,42

13.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras Ativos Correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

OUTROS ATIVOS CORRENTES			
	2025		2024
Adiantamento Fornecedores		4 684,43 €	4 684,43 €
Adiantamento ao pessoal		4 597,04 €	4 597,04 €
Despesas com utentes CAES		0,00 €	0,00 €
Diversos Devedores		166 553,13 €	254 938,27 €
Subsídio Pares 3,0	122 987,90 €		175 697,00 €
Subsídio Mobilidade Verde	7 500,00 €		7 500,00 €
Subsídio Adenda Protocolo Portaria 38A	15 484,63 €		64 281,35 €
Despesas com utentes CAES	161,40 €		161,40 €
Paul Hartmann (Rappel)	4 379,55 €		
Beatriz Godinho Análises Clínicas	- €		278,50 €
IEFP	16 039,65 €		7 020,02 €
Fornecedores a crédito		3,63 €	
TOTAL		175 838,23 €	264 219,74 €

13.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

DIFERIMENTOS	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 956,66	4 252,90
Contrato Micro-directo	0,00	0,00
n/c Cepsa	0,00	0,00
TOTAL	2 956,66	4 252,90

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com o seguinte saldo:

Caixa e Depósitos Bancários	2025	2024
Caixa	1 000,00	1 500,92
Depósitos à ordem	107 223,50	89 032,35
Depósito a prazo	337 500,00	301 500,00
TOTAL	445 723,50	392 033,27

13.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações no ano de 2025, como podemos verificar no mapa abaixo.

ANO 2025					
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Correcções	Diminuições	Saldo Final
Fundos	36 382,31				36 382,31
Excedentes técnicos					0,00
Reservas	67 904,68				67 904,68
Resultados transitados	-471 187,44			104 559,76	-366 627,68
Excedentes de revalorização	490 402,52				490 402,52
Outras variações nos fundos patrimoniais	721 121,97			-35 572,46	685 549,51
Total	844 624,04	0,00	0,00	68 987,30	913 611,34

Em 2024 os fundos patrimoniais, decomponham-se da seguinte forma:

7
p
F.H.
F

ANO 2024

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Correcções	Diminuições	Saldo Final
Fundos	36 382,31				36 382,31
Excedentes técnicos					0,00
Reservas	67 904,68			-	67 904,68
Resultados transitados	-502 849,66			31 662,22	-471 187,44
Excedentes de revalorização	490 402,52				490 402,52
Outras variações nos fundos patrimoniais	749 050,84			-27 928,87	721 121,97
Total	840 890,69	0,00	0,00	3 733,35	844 624,04

13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	55 176,23	57 087,03
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedoras faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	55 176,23	57 087,03

13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 010,02	1 604,11
Outros Impostos e Taxas		
Total	5 010,02	1 604,11
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	156,10
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3 332,58	3 703,24
Segurança Social	27 760,17	23 596,66
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	31 092,75	27 456,00

13.10 Outras Contas a Pagar


 F.H.


A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

OUTROS PASSIVOS CORRENTES			
	2025		2024
Fornecedores de Investimento		27 517,56	14 025,94
Adiantamento de clientes e utentes		0,00	0,00
Renumerações a pagar		0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos:		200 639,24	180 841,88
Férias e Sub. Férias a Liq 2026	197 331,91		171 819,24
Horas de Formação não administrada	0,00		3 631,31
Prémios de Rendimento	0,00		0,00
Comissão de Garantia Linha Apoio Sector Social	0,00		0,00
Outras despesas diferidas	3 307,33		5 391,33
Outros credores		53 471,53	49 045,86
ABVSMP	982,80		399,00
Beatriz Godinho Análises Clínicas	0,00		146,01
Farmácia de Coz	9 940,51		4 173,26
José Maria Rodrigues Simão	1 229,47		1 642,58
Maria Dulce Correia Pascoal	1 155,00		1 125,00
Maria Marques Saramago Correia	3 475,98		1 909,28
António Pedras - Fiel Depositário	4 111,56		3 800,06
Vitor Manuel Oeiras Silva	7 330,48		0,00
Joaquim T. Leal e Mª Noémia S.M. Leal	22 965,73		32 356,36
Alice Agostinho - Despesas de Funeral	2 280,00		2 280,00
Alice Manuel Gabriel	0,00		946,00
Penhora Ana Carolina Marques Figueiredo	0,00		260,00
Outras Operações do Pessoal Sindicato	0,00		8,31
Cientes Crédores		622,87	555,88
TOTAL		282 251,20	244 469,56
OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES			
	2025		2024
Construções Pedro e Couto, Lda		321 481,74	321 481,74
TOTAL		321 481,74	321 481,74

13.11 Rendimentos a Reconhecer

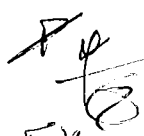
A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes valores das entidades identificadas que serão reconhecidos como rendimentos nos períodos seguintes.:

Descrição	2025	2024
IEFP	24 821,99	12 865,32
CRSSL	0,00	0,00
CONTRATO CEPISA	0,00	6 886,00
Total	24 821,99	19 751,32

13.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2025	2024
Subcontratos	70 849,06	0,00
Trabalhos Especializados	27 629,69	20 050,80
Publicidade e propaganda	782,87	1 143,90
Vigilância e Segurança	374,18	1,00
Honorários	30 103,38	35 022,29
Comissões Galp	0,00	0,00
Conservação e reparação	25 678,97	15 741,57
Serviços bancários	3 323,11	3 246,22
Serviços de Ambulâncias	561,31	197,14
Jornais e revistas	1 166,10	1 309,90
Ferramentas e utensílios	6 695,68	6 854,25
Livros e documentação técnica	59,85	0,00
Material de escritório	5 876,85	3 598,01
Artigos para ofertas	806,37	618,20
Electricidade	31 752,27	32 471,70
Combustíveis	17 105,03	19 941,08
Água	3 533,83	3 713,26
Outros fluídos	56 510,34	44 200,88
Deslocações e estadas	1 510,12	436,11
Transporte de mercadorias	70,61	0,00
Rendas e alugueres	3 676,95	2 423,86
Comunicação	5 014,86	5 954,76
Seguros	7 432,28	4 849,48
Despesas de representação	0,00	0,00
Contencioso e notariado	147,00	20,00
Limpeza, higiene e conforto	2 685,79	30 059,72
Rouparia	77,75	60,12
Outros serviços	0,00	2 434,85
Vestuário e Rouparia	303,39	7 966,99
Encargos de saúde c/ utentes	1 050,65	319,58
Cabeleireiro	3 548,50	0,00
Material didático	74,47	59,55
Passeios	0,00	0,00
Ajudas Técnicas	0,00	0,00
Despesas funerais	2 076,40	1 475,00
Acolhimento a Refugiados	0,00	0,00
Fundo de reestruturação do sector solidário	0,00	0,00
TOTAL	310 477,66	244 170,22


 F.H.


13.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Conta 78 - Outros Rendimentos			
Descrição	2025		2024
Rendimentos Suplementares		14 836,29	19 373,90
Rendas	13 059,50		7 303,00
Protocolos UMP - Refeições IMP-AIMA	146,49		10 890,00
Outros	105,40		84,90
Fornecimento Refeições	1 524,90		1 096,00
Descontos de pronto pagamento obtidos		1 298,91	1 644,37
Recuperação de dívidas a receber		0,00	0,00
Ganhos em inventários		3 882,45	3 113,74
Rendimentos em investimentos não financeiros - Alienações		50,00	37 165,95
Sinistros		236,10	
Outros rendimentos:		8 546,83	11 804,64
- Rappel Farmácia de Coz	0,00		0,00
- Cepsa Oferta 40 T - Gás	6 886,00		11 804,64
- Rappel Paul Hartmann	1 660,83		0,00
- Rappel Centroquímica	0,00		0,00
Correções Relativas a Exercícios anteriores		3 408,35	23 072,60
- Correções Exercícios anteriores ISS	0,00		20 311,10
- Correções Exercícios anteriores IEFP	0,00		0,00
- Correções Fundo Solidário de anos anteriores	0,00		2 282,15
- Correções Exercícios anteriores Rappel	2 718,72		
- Correções Exercícios anteriores - Outras	689,63		479,35
Imputação de subsídios /doações - p/ investimento		35 572,46	27 928,87
Outros não especificados		20,12	7,12
- Outros	20,12		7,12
Total		67 851,51	124 111,19

13.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Conta 68 - Outros Gastos		
Descrição	2025	2024
Impostos	253,19	48,79
Perdas em inventários	5 277,74	10 619,32
Correções Relativas a Exercícios anteriores	13 170,16	7 530,40
Donativos	0,00	60,00
Quotizações	780,00	720,00
Multa Penal Processo 100/18.0T9ACB	0,00	306,00
Multas	250,48	1 438,00
Utentes da Responsabilidade da Instituição	1 628,97	6 097,59
Adenda Acordo de Cooperação Portaria 38A	5 909,30	5 862,09
Outros Gastos		
Total	27 269,84	32 682,19

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Juros e Rendimentos similares		5 743,21	5 743,21		8 222,65	8 222,65
Juros e gastos similares		95 279,31	95 279,31		134 310,84	134 310,84

13.16 Trabalhos para a própria empresa

A partir de julho de 2025, o Subsídio de Alimentação em géneros é pago aos funcionários, incluindo duas vertentes: a primeira, o custo dos géneros alimentares, que são debitados pela empresa subcontratada e a segunda pelo custo da confeção da refeição.

A confeção da refeição é considerado como um trabalho para a própria empresa no valor de 2.234,31€, de forma a que não haja duplicação de custos.

13.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

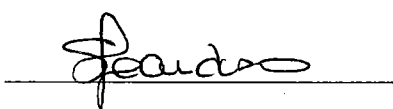
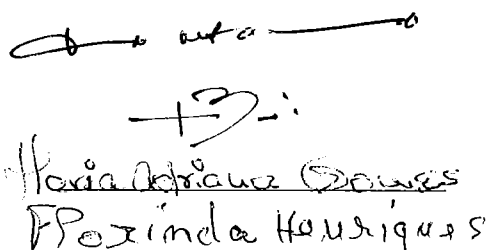
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão em reunião realizada no dia 15/3/2026.

Alfeizerão, 15 de março de 2026

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Flávia Adriana Soares
Fátima Henriques

ATAS

Folha 25

ATA N° 578

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezasseis horas, sob a presidência do Senhor Provedor Fernando Mota Segismundo, reuniu presencialmente, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão (SCMA), com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto único – Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de dois mil e vinte e cinco.

Estiveram presentes os seguintes mesários:

Provedor	Fernando Mota Segismundo
Vice-Provedora	Maria Adriana Conceição Rodrigues Gomes
1ª Secretária	Isabel Maria Rocha Lestro
Tesoureiro	Joaquim Ramos Marto
1ª Vogal	Florinda Maria Ferreira Henriques

O Senhor Provedor abriu a sessão agradecendo a participação dos presentes e deu início aos trabalhos, com a apresentação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de dois mil e vinte e cinco. Explanam-se abaixo excertos do Relatório:

“O resultado líquido apresenta um valor positivo de **4 657,45 €** o que, comparativamente com o ano anterior, significa um decréscimo de **99 902,31 €**.

Esta acentuada diferença decorre do facto do resultado de 2024 incorporar uma receita das vagas hospitalares de outubro de 2023 (recebida em abril de 2024) no valor de 20.311,10 € e as mais valias da venda do celeiro no valor de 37.165,95 €”.

As receitas em 2025 tiveram uma redução de 0,92 % por não terem sido geradas mais valias na alienação de imóveis e devido a uma acentuada redução da procura de serviços do SAD e ambulâncias.

Deve-se, contudo notar que o valor da prestação de serviços é superior ao valor orçamentado em 1,96 % e o valor dos subsídios e donativos também é superior ao orçamentado em 0,36 %.

No que respeita aos gastos, verifica-se um aumento global relativamente ao ano anterior de **4,59%**, verificando-se um aumento no fornecimento de serviços externos de **24,53 %**, devido ao contrato de fornecimento de refeições, que teve início no final de julho de 2025 e que teve como contrapartida uma redução do custo em mercadorias de **26,62 %**.

Os gastos com pessoal apresentam um aumento de **11,55 %** relativamente ao ano

anterior, apesar do aumento do salário mínimo ter sido de **7,4 %**. Esta diferença decorre do facto de grande parte do nosso pessoal ter contratualmente direito a diuturnidades e promoções, grande parte das quais ocorreram em 2025.

As despesas de investimento pagas em 2025 estiveram relacionadas ainda com a alteração do sistema de aquecimento de águas, que foi transferido da casa das caldeiras para o telhado, e a aquisição de equipamentos para o lar, lavandaria e cozinha no valor total de **69.704,87 €**.

Relativamente a receitas de investimento, durante o ano de 2025 foi recebido do Programa Pares 3 o valor de **52.709,87 €** a título de adiantamento.

De seguida procedeu-se à análise económico-financeira sectorial. Assim na ERPI verificou-se uma redução do resultado de 56,711,12€ em 2024 para 16 881,53 € em 2025. Esta descida do resultado deve-se fundamentalmente ao aumento dos custos com pessoal.

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) tem capacidade para 60 utentes e mantém 42 Acordos de Cooperação com o ISS, I.P. – Centro Distrital de Leiria, integrando em 2025 uma média de 23 utentes, enquanto em 2024 este número foi de 32, verificando-se assim uma redução do número de utentes.

Nesta valência verificou-se um agravamento do resultado líquido, o qual foi negativo em 15.486,71 €. Este agravamento deve-se fundamentalmente à falta de procura deste serviço.

Já o Centro de Dia (CD) " dispõe de um Acordo de Cooperação com o ISS, IP – Centro Distrital de Leiria para 14 utentes, mas tem capacidade para 30 utentes.

Em 2025 o número médio de utentes foi de 14, enquanto que em 2024 foi de 18.

Apesar do número médio de utentes ter diminuído, em 2025 o Centro de Dia continuou a apresentar um resultado líquido negativo, embora tivesse melhorado em 12.119,78 € em relação ao ano anterior.

Existem ainda outras valências, a saber:

- Ambulâncias – Este serviço dispõe de 2 ambulâncias e 3 motoristas, sendo 1 a tempo parcial. Por outro lado, sempre que os doentes necessitam de acompanhante, são deslocados para esta valência funcionários da ERPI.

Enquanto que em 2024 o resultado operacional deste serviço foi negativo em **289,71€** em 2025 este serviço apresentou um resultado operacional negativo de **14.648,96€**, devido à redução da procura destes serviços o que levou à redução da faturação em **13.828,21€**.

- Universidade sénior – durante o ano de 2025 esta valência deu um prejuízo de 1.533,22€, devido ao facto de estarem considerados parte dos salários da fisioterapeuta e da educadora social.

- Banco Alimentar Contra a Fome -" Através da parceria existente com o Banco Alimentar Contra a Fome das Caldas da Rainha, durante o ano de 2025 foram apoiados cerca de 22 agregados familiares num total de 70 pessoas, sendo que

ATAS

Folha 26

20 destas pessoas são crianças.

Este serviço consiste numa avaliação da situação socioeconómica do agregado familiar e posterior atribuição de um cabaz de alimentos mensal às famílias com um rendimento per capita inferior a 200 € mensais. "

- Fundo Europeu de Apoio a Carenciados - Este fundo é gerido pelo ISS a nível nacional, tendo substituído a antiga valência das cantinas sociais.

A Misericórdia de Alfeizerão, conjuntamente com a Confraria da Nossa Senhora da Nazaré e outras IPSS da região, tem um protocolo com o ISS para a distribuição de alimentos do referido fundo.

A sinalização das pessoas carenciadas é feita inicialmente pelo ISS, que posteriormente as encaminha para a Misericórdia.

Ao longo da apresentação foram, os presentes, partilhando propostas de atuação no sentido de otimizar futuras decisões a tomar no sentido de melhorar a situação económica da instituição. É exemplo desta partilha a utilização de trabalho voluntário.

Finalmente o Relatório de Atividades e Contas, referente ao Ano Económico e Social de dois mil e vinte e cinco, proposto pelo Senhor Provedor à Mesa Administrativa, foi aprovado por unanimidade.

Este Relatório, depois de aprovado na Assembleia Geral da Irmandade, terá de ser lançado na Plataforma da Segurança Social até à data limite de trinta de junho de dois mil e vinte e seis.

Será elaborado um Dossier em suporte em papel com todos os elementos documentais referentes ao Relatório de Atividades e Contas relativos ao exercício de dois mil e vinte e cinco, que poderá ser consultado na Sede Social da Instituição e todos os irmãos que indicaram o e-mail irão receber o relatório por e-mail.

Nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Provedor deu por terminada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por mim, Isabel Lestro, que a secretariei, pelo Senhor Provedor e pelos Mesários presentes, na próxima reunião presencial.

Provedor

Fernando Mota Segismundo

Vice-Provedora

Maria Adriana Conceição Rodrigues Gomes

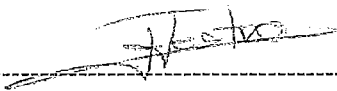
Tesoureiro

Joaquim Ramos Marto

137-1

1ª Secretária

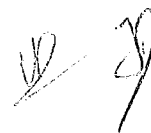
Isabel Maria Rocha Lestro



1ª Vogal

Florinda Maria Ferreira Henriques

Florinda Maria Ferreira Henriques



ATAS

Folha 20

Acta Número 90

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas, em segunda convocatória, cumprindo o estabelecido no artigo 24.º, n.º 1, do Compromisso, reuniram em Assembleia Geral Ordinária os Irmãos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, sita na Rua Manuel José Ramos Vizoso, n.º 2, na vila de Alfeizerão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas referente ao ano de 2025 e parecer do Conselho Fiscal;

Ponto 2 – Outros assuntos;

Ponto 3 – Aprovação da minuta da ata desta sessão ou, em alternativa, concessão de um voto de confiança à Mesa da Assembleia Geral para a sua elaboração.

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, João Vizoso, deu início à sessão, saudando e dando as boas-vindas a todos os presentes. De seguida, convidou dois Irmãos para integrarem a mesa, em virtude da ausência de dois membros efetivos deste órgão social, conforme exigido pelo Compromisso. Foram convidados a Irmã Palmira Fonseca e a Irmã Noémia Leal, ficando assim assegurado o quórum necessário ao funcionamento legal da Assembleia.

De seguida, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Provedor, Fernando Segismundo, que começou por relembrar os objetivos definidos para o ano de 2025, nomeadamente: objetivos económico-financeiros, certificação da qualidade, ações de formação e gestão de recursos humanos, bem como o aumento da rentabilidade dos espaços físicos da instituição.

Relativamente à certificação da qualidade, informou que o processo se encontra em curso, com parecer favorável das entidades consultoras, que elogiaram o trabalho desenvolvido pela Mesa Administrativa face aos recursos disponíveis.

No âmbito da rentabilização de espaços, referiu o arrendamento de duas habitações: uma situada na Rua 25 de Abril, arrendada a duas funcionárias, e outra no Valado de Santa Quitéria.

Quanto ao serviço de refeições, registou-se uma diminuição das solicitações externas face ao ano anterior. No voluntariado, houve uma redução de três voluntários para apenas um, sendo necessário reforçar este setor.

No global, os objetivos foram atingidos, ainda que alguns com ligeiro atraso.

Relativamente aos resultados financeiros, destacou-se o recebimento de valores em dívida por parte da farmácia de Alfeizerão, referentes ao período de 2013 a 2021, embora ainda não tenham sido integralmente liquidados. Foi ainda referido que o protocolo se mantém, agora através da farmácia de Cós.

No desempenho financeiro, verificou-se que as receitas superaram o valor orçamentado, resultando num saldo positivo entre receitas e despesas.

Resultados por valência em 2025:

Irmandade: 31.635,31€

SAD: -15.933,57€

Centro de Dia: -12.451,83€

ERPI: 15.317,51€

Ambulâncias: -12.648,00€

Universidade Sénior: -1.533,32€

Relativamente à valência das ambulâncias, o Senhor Provedor alertou para a necessidade de decisão estratégica, devido à diminuição da procura e à falta de certificação pelo INEM, implicando investimento significativo para manutenção da atividade.

O resultado líquido do exercício foi positivo no valor de 4.657,45€, demonstrando alinhamento entre orçamento e execução financeira.

As receitas registaram uma redução de 0,92%, motivada pela ausência de mais-valias na alienação de imóveis e pela diminuição dos serviços do SAD e ambulâncias. No entanto, verificou-se um aumento da prestação de serviços (1,96%) e dos subsídios e donativos (0,36%) face ao orçamentado.

As despesas aumentaram globalmente 4,59% em relação a 2024, destacando-se:

Aumento de 24,53% nos fornecimentos e serviços externos, devido ao contrato de fornecimento de refeições iniciado em julho de 2025;

Redução de 26,62% no custo das mercadorias;

Aumento de 11,55% nos gastos com pessoal, acima do aumento do salário mínimo (7,4%), devido a progressões e diuturnidades.

A estrutura de custos apresenta um peso de 62,10% com pessoal e 15,20% com fornecimentos e serviços externos.

Registou-se uma melhoria na imparidade da dívida (-0,15%), devido à recuperação de valores em atraso.

Em 2025, foram realizados investimentos no valor de 69.704,87€, incluindo melhorias no sistema de aquecimento, telhado e aquisição de equipamentos.

Relativamente à ampliação do lar, não foram efetuados pagamentos ao construtor em 2025, mantendo-se pagos 80% do valor adjudicado.

Destacou-se ainda o recebimento de 52.709,87€ do Programa Pares 3 e a amortização de 100.000€ do empréstimo junto da Caixa de Crédito Agrícola, com renegociação das condições (prazo de 15 anos e spread de 1,25%).

ATAS

Folha 21

Após a apresentação, o Irmão José Brilhante questionou a situação do pagamento ao empreiteiro e eventuais prejuízos para a instituição. O Senhor Provedor esclareceu que a obra não se encontra concluída, existindo problemas de infiltrações e pavimento, o que justifica a retenção de pagamentos.

O Senhor Presidente da Assembleia defendeu a notificação formal do construtor e do fiscal de obra, para resolução das anomalias.

A Diretora Técnica referiu as dificuldades logísticas na eventual intervenção, nomeadamente a necessidade de deslocação de cerca de 20 utentes, sugerindo como hipótese o alojamento temporário em unidade hoteleira, com custos a imputar aos responsáveis pela obra.

O tema gerou alguma discussão, tendo o Senhor Provedor salientado as dificuldades operacionais do dia a dia. O Senhor Presidente reforçou a importância da resolução destas questões e da proatividade dos colaboradores.

Foi ainda apresentado um inquérito de satisfação, com resultados positivos, considerados prioritários por todos os presentes.

De seguida, a Senhora Presidente do Conselho Fiscal, Alcina Almeida, apresentou parecer favorável ao relatório e contas, destacando o equilíbrio financeiro. No entanto, alertou para o peso dos custos com pessoal (62,10%) e sugeriu maior dinamização do SAD.

Após discussão, o ponto 1 foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

No ponto 2, o Irmão Mota Pedro referiu a insuficiência de apoio estatal, nomeadamente da Segurança Social. O Senhor Provedor informou sobre a necessidade de submissão de candidatura para manutenção de 15 vagas hospitalares.

Relativamente à valência das ambulâncias, foi confirmada a intenção de desinvestimento gradual.

No ponto 3, a aprovação da minuta da ata foi votada e aprovada por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos.

Para constar, foi lavrada a presente ata, que será assinada pelo Presidente da Assembleia Geral, João Vizoso, e por mim, Natividade Pedro, que a secretariei.

Natividade Pedro



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Registo no livro Atas do Conselho Fiscal – N.º 103

RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO ECONÓMICO 2025

No âmbito das suas competências definidas na alínea a) do Art.º 31 do compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, vem o Conselho Fiscal dar parecer sobre as contas do exercício económico do ano 2025, tendo analisado os elementos económico-financeiros, trocado impressões sobre as práticas contabilísticas e examinado os documentos que integram o Relatório de Atividades e Contas, nomeadamente o Balanço, Demonstração de Resultados e respetivo Anexo.

1. Apreciação geral

O Conselho Fiscal considera que as demonstrações financeiras apresentam, de forma global, a posição económica e financeira da Instituição, refletindo a atividade desenvolvida durante o exercício.

Regista-se o esforço da Mesa Administrativa, da Direção Técnica e de todos os colaboradores, num contexto exigente, tendo sido possível alcançar um resultado líquido positivo, ainda que de valor reduzido.

2. Síntese económico-financeira

No exercício de 2025, a atividade da Instituição traduziu-se nos seguintes indicadores globais:

Rendimentos totais: 2.047.248,2€ (vs: 2 064 156,39€)

Prestação de serviços: 1.327 628,60€ (Vs : 1 272 374,30€)

Subsídios : 643.790,57€ (vs 659.448,25€)

Gastos com pessoal: 1.268.431,51€ (vs: 1 150 629,21€)

Resultado líquido do exercício: 4.657,45€ (vs: 104.559,76€)

Sede Social: Rua Manuel José Ramos Vizoso, Nº2- 2460-104 Alfeizerão

Email: geral@scmalfeizerao.pt

Telefone: 262 990 842

Contribuinte 503 848 794

ATIVO LIQUIDO 3.966.796,45€ (Vs: 4.155.028,66€)
Maior Rubrica – AFT 3.282.429,55€
Investimentos AFT em 2025 = 87.283,91€

PASSIVO 3.048.527,66€ (Vs: 2024 =
3.205.844,86€)
Financiamentos Bancários a 31.12.2025 2.333 703,75€ (vs: 2024 = 2 536
155,09€)

Verifica-se que a prestação de serviços e subsídios da Segurança Social continuam a representar a principal fonte de receita da Instituição, evidenciando a sua dependência da ocupação e procura das respostas sociais.

Por outro lado, os gastos com pessoal mantêm-se como a rubrica com maior peso na estrutura de custos, assumindo um impacto determinante nos resultados do exercício.

O resultado líquido apurado, embora positivo, apresenta um valor reduzido, refletindo um contexto de maior pressão sobre os custos e menor contributo de proveitos extraordinários face ao exercício anterior.

3. Execução Orçamental

Rendimentos Variação positiva = 0,59% (12 066,74€)

Orçamentado = 2 035 181,46€ / Real = 2.047.248,2€

Gastos Variação negativa = 0,42% (8.653,9€)

Orçamentado = 2 033 936,85€ / Real = 2 042 590,75€

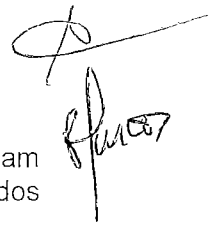
Em 2025 não foi necessário Orçamento Retificativo, registando-se desvios inferiores a 15%.

4. Reservas

– Gastos com pessoal

O Conselho Fiscal regista uma reserva quanto à evolução dos gastos com pessoal, que atingindo um valor global de 1.268.431,51€, aumento significativo face ao ano anterior, representando uma parcela muito relevante cerca de 62% dos rendimentos da Instituição.

Embora se reconheçam fatores justificativos para este aumento, não se identificam indicadores objetivos que permitam aferir uma melhoria proporcional na qualidade dos serviços prestados.



Acresce que a perceção recolhida junto de utentes, familiares e colaboradores aponta para alguns constrangimentos ao nível da estabilidade e motivação das equipas.

Neste contexto, considera-se importante:

- reforçar os mecanismos de avaliação da qualidade dos serviços;
- assegurar uma gestão mais estruturada dos recursos humanos;
- promover uma adequada distribuição de responsabilidades, evitando a concentração excessiva de funções.

– Evolução das valências e necessidade de adaptação

O Conselho Fiscal regista preocupação com a evolução de algumas respostas sociais, nomeadamente:

- Redução do número de utentes no Serviço de Apoio Domiciliário;
- Diminuição da frequência do Centro de Dia, que opera abaixo da sua capacidade instalada;
- Impacto destas situações nos resultados operacionais das respetivas valências.

Neste enquadramento, e não obstante o trabalho desenvolvido, não se identificam medidas estruturadas que contrariem esta tendência.

Assim, entende o Conselho Fiscal que será importante que a Mesa Administrativa, em articulação com a Direção Técnica:

- avalie as causas desta diminuição;
- promova ajustamentos nas respostas existentes;
- pondere novas abordagens ou serviços mais adequados às necessidades atuais da população.

6. Outros aspetos relevantes

O Conselho Fiscal destaca ainda:

O impacto do contrato de fornecimento de refeições...

A redução da atividade no serviço de ambulâncias;

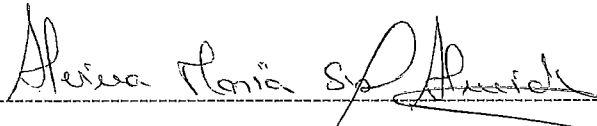
O esforço de investimento e gestão da dívida desenvolvido pela Instituição.

7. Conclusão

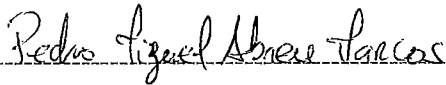
Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que o Relatório de Atividades e as Contas do exercício de 2025 merecem aprovação, com as reservas acima identificadas e propõe a sua apreciação e votação na próxima Assembleia geral ordinária a realizar no próximo dia 28 de Março de 2026.

Por último, o Conselho Fiscal agradece a colaboração prestada pela Mesa Administrativa, Direção Técnica e serviços administrativos, na disponibilização da informação e esclarecimentos solicitados.

Alfeizerão, 23 de Março de 2026



Presidente - Alcina Maria Simões Almeida



Vice-Presidente - Pedro Miguel Abreu Marcos

Vogal - Joaquim Rafael Matias



Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Solidariedade Social – IPSS

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da/o Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2025 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.scmalfeizerao.pt, em 5 de junho de 2026.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2025 a entidade (selecionar apenas uma das seguintes opções):

- ☐ Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- ☐ Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- ☒ Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- ☐ A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º*

Os órgãos de administração:

(Provedor – Fernando Mota Segismundo)

(Tesoureiro – Joaquim Ramos Marto)

*Consideram-se apoios financeiros públicos todas as subvenções públicas contabilizadas na conta 751 - Subsídios das Entidades Públicas, de acordo com a portaria que define o Código de Contas das Entidades do Setor Não Lucrativo (Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho).